

## **FMI defende política fiscal para reduzir a desigualdade**

Não por acaso uma foto do hotel Sheraton no Rio, com o morro do Vidigal ao fundo, ilustra o blog do Monitor Fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI) deste segundo semestre. Tradicional defensor da austeridade e disciplina fiscais, o Monitor Fiscal apresentado na reunião da semana passada teve como tema a desigualdade e como enfrentá-la. A legenda da foto torna a escolha da ilustração ainda mais óbvia - "Riqueza e pobreza lado a lado no Rio, Brasil: a desigualdade está aumentando nos países ao redor do mundo".

Há quem diga que o FMI chega tarde a esse debate importante e sensível. Mas o organismo tem realmente ampliado seu leque de interesse, abrindo espaço para discutir a corrupção e até reconhecendo a eventual utilidade do controle de capitais.

Assinado pelo diretor de Assuntos Fiscais, Vitor Gaspar, e pela líder do time que analisou o tema, Mercedes Gardía-Escribano, o estudo do Fundo sustenta que a política fiscal é responsável em boa parte pela desigualdade nos países e pode ser usada para corrigir o problema, aproveitando o espaço aberto pela recuperação da economia global. O FMI alinha-se assim à mais recente tendência do debate sobre a desigualdade, encabeçada pelo francês Thomas Piketty, que mergulhou nas declarações de Imposto de Renda e mostrou como os mais ricos acabam pagando relativamente menos tributos com aplicações financeiras, dividendos, heranças e doações.

O alerta do Fundo ganhou espaço na mídia principalmente porque foi visto como uma crítica ao governo de Donald Trump, no momento em que ele articula a maior reforma das regras tributárias americanas

em décadas, com medidas que beneficiam a população de alta renda. Washington vestiu a carapuça e rapidamente o Departamento do Tesouro reagiu, rebatendo a conclusão do Fundo de que alíquotas menos progressivas podem agravar a desigualdade e desacelerar o crescimento.

As observações do FMI foram dirigidas a todos países e focam três caminhos para reduzir a desigualdade: a política fiscal baseada em taxas progressivas, programas de renda básica e investimentos em saúde e educação. Segundo o estudo, nas economias avançadas, a política fiscal compensa um terço da desigualdade de renda e as transferências neutralizam os 75% restantes. Já nas economias em desenvolvimento, a tributação menos progressiva e os investimentos menores tornam esses instrumentos menos potentes.

O estudo ressalta o risco - já concreto em muitos países - de se jogar a carga para a classe média quando se reduz a tributação dos mais pobres e se mantém intocadas as rendas de capital dos mais ricos, com seus mecanismos de deduções e de evasão. A taxa máxima do Imposto de Renda dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) declinou da média de 62% em 1981 para 35% em 2015, informa o Fundo.

O Brasil é elogiado pelo programa Bolsa Família, por condicionar a transferência de renda à frequência das crianças na escola e ao acompanhamento nutricional dos bebês, além de oferecer atendimento universal de saúde. A avaliação é que o desenho do programa ajuda a reduzir a desigualdade de renda presente e futura. Na comparação de programas de transferência de renda de oito países, que inclui além do Brasil, o México, Egito,





Estados Unidos, França, Polônia, África do Sul e Reino Unido, os dois primeiros são os mais eficientes em redução da pobreza. O México se sai melhor com um custo equivalente a 3,7% do PIB e redução de 0,06 ponto do índice de Gini. O programa brasileiro custa 4,6% do PIB com redução de 0,05 do índice de Gini. Em 2015, o Brasil completou 12 anos seguidos de queda do índice de Gini total, que ficou em 0,491, levando em conta todas as fontes de renda.

Mas as sugestões do FMI não deixam de ser indicadas para o Brasil, que ainda figura entre os maiores em desigualdade. Especialmente útil é o debate em torno da política fiscal. Alguns dos problemas mencionados pelo estudo caem como uma luva no caso brasileiro, que carece de uma revisão da estrutura tributária, especialmente no que se relaciona às isenções para os ganhos com lucros e dividendos. Os impostos indiretos, geralmente os mais regressivos, respondem por 53% da arrecadação brasileira em comparação com 34% na média dos países da OCDE. Muitos deles incidem sobre alimentos e outros bens de consumo, que geralmente têm peso maior no orçamento dos mais pobres.

## O Orçamento de 2018 e o crime organizado

*GIL CASTELLO BRANCO*

*Gil Castello Branco é economista e fundador da organização não governamental Associação Contas Abertas (gil@contasabertas.org.br)*

Na relação promíscua entre o Executivo e o Legislativo, as demandas dos parlamentares são parte do negócio

Para manter-se no cargo de presidente da República, Temer precisa “matar um leão por dia”. Com apenas 3% de aprovação junto aos brasileiros, a sua salvação está nas mãos dos parlamentares. Dos 594 congressistas atuais, 91 figuram como suspeitos na Lava-Jato. Também estão citados oito ministros e 12 governadores. Em sendo verdadeiras metade das delações, o crime organizado já está entranhado no Estado.

No momento, a questão crucial para o presidente da República é evitar que a Câmara dos Deputados autorize o Supremo Tribunal Federal a investigar as denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os parlamentares, apesar dos vídeos de Lúcio Funaro, deverão “fazer o serviço” pela segunda vez, ainda que 81% dos brasileiros pensem o contrário. Mas não vai ficar barato.

Na relação promíscua entre Executivo e Legislativo, as demandas dos parlamentares são parte do negócio. Assim, a

cronologia de liberação das emendas parlamentares obrigatórias é, no mínimo, curiosa. De janeiro a maio, foram “empenhados” (compromissos assumidos para posteriores pagamentos) só R\$ 102,6 milhões. Em junho e julho, meses em que tramitava na Câmara a primeira denúncia, foram liberados R\$ 2 bilhões e R\$ 2,2 bilhões, respectivamente. Em setembro, com a nova denúncia dando entrada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o montante empenhado chegou a R\$ 1 bilhão, o terceiro maior valor mensal do ano. As emendas são obrigatórias, mas a liberação é estratégica. Além das emendas, cargos são oferecidos e pleitos dos mais diversos são atendidos. Não há flechas que resistam à caneta e ao corporativismo.

Desagradar ao Congresso nem pensar. Assim, até agora não foi enviado ao Legislativo o novo projeto de lei atualizado do Orçamento Geral da União para 2018 (PLOA 2018). A proposta original está baseada em parâmetros ultrapassados, a começar pelo déficit de R\$ 129 bilhões, quando, todos sabem, o rombo atualmente previsto é de R\$ 159 bilhões.

Contudo, antes de enviar o novo projeto, Temer terá que encaminhar as propostas que afetam receitas e despesas, as quais foram anunciadas com pompa, mas ainda não foram submetidas ao Congresso. Dentre as medidas, a que posterga os aumentos

salariais dos servidores em 2018, a que cancela o reajuste de comissionados, a que altera a estrutura de cargos e salários da administração pública federal reduzindo os vencimentos iniciais, a que eleva a contribuição previdenciária do funcionalismo, a que limita o pagamento de auxílio moradia e ajuda de custo, e, ainda, a que extingue 60 mil cargos vagos no Executivo. Enfim, para os políticos, só abacaxi. Antes dessas propostas chegarem ao Congresso, Temer não poderá enviar o novo PLOA, pois o Orçamento deve refletir a legislação vigente ou, no mínimo, propostas que estejam em tramitação.

Em véspera de ano eleitoral, com 78,3% dos brasileiros não confiando nos políticos (pesquisa da FGV/DAPP), Temer sabe que não é fácil pedir que os seus aliados o defendam da denúncia da PGR, que comprem uma briga com os servidores públicos ao aprovar esse pacote de corte de gastos e, ainda, que votem a reforma da Previdência.

Com o impasse, o Orçamento de 2018 só deverá ser encaminhado ao Congresso após a votação da denúncia, o que acontecerá em fim de outubro ou no início de novembro. A reforma da Previdência, se aprovada, será apenas uma meia-sola, que não irá resolver o problema das contas públicas.

Enquanto isso, é grande a preocupação em relação à proposta fajuta que provisoriamente está no





Congresso. Não há, por exemplo, qualquer centavo para os investimentos (obras e equipamentos) do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes, órgão responsável pelas rodovias brasileiras. O programa Educação de Qualidade para Todos sofre redução de R\$ 6,9 bilhões do PLOA 2017 para o de 2018. O mesmo acontece com programas da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Cultura, Justiça, Meio Ambiente etc.

Com a previsão de aumento de impostos e a autorização para o aumento do rombo, as despesas devem ser ampliadas em, pelo menos, R\$ 30 bilhões. Mas em que áreas o montante será alocado? Quando saberemos?

Para salvar a própria pele, Temer não enfrenta as feras. Ao invés de matar um leão por dia, optou por agradar-lhes, às dezenas, todos os dias. Enquanto isso, o Orçamento de 2018 e o pacote de controle de gastos ficam nas gavetas do Palácio do Planalto. Em um país onde investigados por corrupção governam, legislam e indicam ministros para o STF, o Orçamento também está subordinado ao crime organizado.

## Golpes e erros

A carta enviada por Temer ao Congresso cria mais um ponto de conexão entre o atual e a antiga ocupante da Presidência: tanto Michel Temer quanto Dilma Rousseff têm visões persecutórias e culpam outros pelos seus erros. Dilma arruinou a economia, Temer envolveu-se por vontade própria em uma relação indefensável com um dos investigados da Lava-Jato. Os dois acreditam em conspirações.

Tenho sido vítima desde maio de torpezas e vilezas que pouco a pouco, e agora até mais rapidamente, têm vindo à luz. Jamais poderia acreditar que houvesse uma conspiração para me derrubar da presidência da República. Mas os fatos me convenceram. E são incontestáveis."

Dilma alegou que houve um golpe contra ela e até hoje o Partido dos Trabalhadores repete isso publicamente. Os efeitos dos seus erros econômicos continuam. A dívida pública brasileira voltou, depois de duas décadas, a ser uma ameaça à estabilidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) acaba de confirmar a constatação de que os R\$ 500 bilhões transferidos ao BNDES tiveram um custo de mais de R\$ 100 bilhões e formaram um orçamento paralelo, o país saiu de 16 anos de superávit primário para o déficit. E, além de tudo isso, ela

usou truques para esconder os números fiscais. Tudo isso elevou a inflação, jogou o país na recessão e a tirou do cargo. Mas ela se diz vítima.

O presidente Michel Temer encontrou-se furtivamente com Joesley Batista em prédio público para uma conversa que levanta óbvias suspeições. Isso foi divulgado em maio, período em que ele acha que começaram os ataques a ele. A participação do ex-procurador Marcelo Miller, que está sendo investigado e processado pelo que fez, não apaga o que o presidente falou. E ele falou espontaneamente com Joesley Batista, na época investigado em cinco operações. A partir daí,

Temer passou a usar os poderes da Presidência para se manter no cargo como se vê em bases diárias. O balcão de negócios da primeira denúncia custou caro ao país. Agora, está aberto o segundo balcão e nele, ontem, foi oferecida à bancada ruralista uma portaria do ministro do Trabalho que dificulta o trabalho dos fiscais que combatem o trabalho escravo e ainda põe um filtro político na divulgação das empresas flagradas.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, foi a autoridade que se envolveu na

década passada no esforço para que o país adotasse modelos internacionais de combate ao crime do trabalho análogo à escravidão. O país avançou muito a partir desse esforço conjugado de uma parte da burocracia do Ministério do Trabalho, e o Ministério Público representado pela então subprocuradora Raquel Dodge. Com a lista, houve o boicote econômico, em que empresas se comprometiam a não comprar de quem praticasse trabalho análogo à escravidão. Formou-se um pacto nacional pela erradicação do trabalho escravo.

De lá para cá, os ruralistas tiveram várias vitórias, inclusive um controverso voto do ministro do STF Ricardo Lewandowski que proibia a divulgação da lista. A lista passou a ser combatida e não o trabalho escravo em si.

Ontem foi uma vitória e tanto dos representantes do agronegócio. Com uma única portaria, se impôs um filtro político à divulgação das empresas flagradas, só o ministro poderá divulgar, e os fiscais do Trabalho perderam sua autonomia porque só poderão dar o flagrante se a polícia estiver junto. Além disso, trabalho análogo à escravidão será apenas quando houver limitação de ir e vir.





Há muitas formas de se prender o trabalhador na teia de um trabalho análogo ao de escravo. Como as supostas dívidas que os vão enredando, como a distância de outros centros. O trabalho em condições degradantes, a submissão à jornada excessiva são igualmente crimes, mas a partir de ontem isso será mais difícil punir. E isso foi moeda de troca do voto contra a denúncia.

Na área econômica, todas as providências para o andamento do ajuste fiscal estão paradas para não atrapalhar a votação da denúncia: das medidas de corte de gastos à revisão no Orçamento. Na visão do presidente Michel Temer, ele está sendo injustamente afetado por uma conspiração, quando se afunda cada vez mais por seus próprios atos e palavras.

## Sem teto e sem futuro

*NABIL BONDUKI*

O Orçamento de 2018, enviado ao Congresso por Michel Temer, zera os recursos para a faixa 1 (renda familiar de até R\$ 1.800) do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Em 2017, o governo contingenciou R\$ 4 bilhões (56% do previsto) sem cumprir a meta de contratar 70 mil unidades (35 mil através do MCMV Entidades). Já era uma meta baixa, pois a média anual de contratação na faixa 1, entre 2009 e 2014, foi de 284 mil unidades.

O governo paralisa um programa que, apesar de seus defeitos, é o único que atende aos pobres, sem acesso a uma moradia digna no mercado.

Não por acaso, cresce o adensamento em favelas e se multiplicam ocupações em terrenos e prédios ociosos, como é o caso dos edifícios no centro de São Paulo e das recentes glebas em São Bernardo do Campo (SP), com seis mil famílias, e na Pavuna, no Rio.

Imóveis ociosos, com fins

especulativos, contrariam a Constituição, que subordina a propriedade à função social. Apesar disso, as ocupações são tratadas como caso de polícia, e o Judiciário emite reintegrações de posse, desalojando milhares de famílias. É o que estão sofrendo os moradores do edifício Mauá (São Paulo), ocupado há 12 anos.

Desemprego, trabalho informal e queda de renda agravam a situação. O déficit acumulado de 7 milhões de unidades é apenas uma parte das necessidades habitacionais.

A ele se soma a demanda demográfica, constituída por novas famílias e por migrantes de núcleos urbanos estagnados (1.173 municípios perderam população desde 2000), que requerem moradias nas metrópole e cidades dinâmicas.

Assim, as necessidades de moradia são crescentes, apesar da queda do incremento populacional. Em 2007 e 2008, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), cuja consultoria técnica coordenei, calculou uma demanda de 27 milhões

de unidades entre 2009 e 2023.

Frente a essa magnitude, paralisar o MCMV-faixa 1 é desastroso. O segmento concentra 70% do déficit acumulado. Interromper as modalidades "entidades" e "rural", baseadas na autogestão, é subtrair o melhor do programa.

É certo que o MCMV precisa ser revisto; retomar o PlanHab seria um bom ponto de partida. Ele traçou uma estratégia baseada em quatro eixos (financeiro, urbano, institucional e cadeia produtiva) e em produtos diferenciados, de menor custo médio e compatível com a diversidade municipal.

O governo Lula/Dilma, ao atender as demandas do mercado, implementou apenas o eixo financeiro e o produto baseado na casa própria pronta, ignorando a questão urbana, o desenvolvimento institucional e alternativas mais apropriadas.

Foi um equívoco. No entanto, enquanto o país aguarda uma nova política urbana, é premente manter o atendimento da faixa 1 do MCMV.